

O PROGRAMA CULTURA VIVA COMO UM DISPOSITIVO POLÍTICO-CULTURAL: UMA PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA

Fabício Santos de Mattos¹

Resumo: A pesquisa busca compreender os processos sociais existentes nas políticas culturais contemporâneas a partir da análise do “Programa Cultura Viva”, em suas estruturas estruturadas e suas dinâmicas estruturantes. Discute-se e apresenta-se uma proposta teórico-metodológica para análise e interpretação do PCV, compreendendo-o na relação que envolve o Estado e os movimentos socioculturais, em dois níveis de articulação: pela política vinculada às vivências dos movimentos socioculturais, e pela política organizadas a partir do Estado, em sua estrutura Federal. Conclui-se que o PCV deve ser interpretado como um sistema (dispositivo) político-cultural, que opera em relação direta entre as duas compreensões de política cultural.

Palavras-chave: Políticas Culturais; Políticas de Cultura; Estado; Movimentos socioculturais; dispositivo.

O Programa Cultura Viva na reorganização dos valores culturais

O Programa Cultura Viva é uma política cultural que foi concebida como uma das principais propostas de inclusão social *na* cultura e *pela* cultura. No primeiro sentido, a cultura é mobilizada para a compreensão e ampliação do cânone cultural brasileiro, realizada em termos de reconhecimento e visibilidade, por parte do Estado e de seus diferentes níveis de governo. No segundo sentido, a cultura aparece como um recurso possível às formas de geração de emprego e renda, através da ativação de cadeias produtivas da cultura a partir das realidades de seu local de produção.

¹ Jornalista, graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Mestre em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), professor da Faculdade Estácio do Pará (FAP), pesquisador-membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas de Comunicação e Cultura (CULT. COM), membro do Grupo de Estudos em Políticas de Comunicação e Identidade (UFPA), coordenador da Agência de Jornalismo da Faculdade Estácio do Pará. E-mail: fsdemattos@gmail.com



Em termos amplos, o Programa Cultura Viva trata de uma política pública de cultura² construída como um jogo que envolve a descendência e a ascendência (no âmbito das relações de poder), e a aproximação e o distanciamento (no âmbito da perspectiva de desenvolvimento), e opera como uma articulação entre o Estado e organizações da sociedade civil, buscando uma mediação na ação cultural, a partir do local em que acontece.

A política opera por um lado reafirmando o Estado como agente de co-organização do espaço social e, de outro, os movimentos socioculturais, atuantes em territórios locais, identificados como Pontos de Cultura, aplicam as diretrizes da política no seu espaço específico de atuação, buscando a formação, produção e difusão cultural e artística. Os graus de aproximação entre Estado e organizações da sociedade civil, costumam os desdobramentos posteriores desta política. Segundo os documentos do Ministério, o Programa Cultura Viva, em linhas gerais, é concebido como

uma rede orgânica de criação e gestão cultural, mediado pelos Pontos de Cultura, sua principal ação. A implantação do programa prevê um processo contínuo e dinâmico e seu desenvolvimento é semelhante ao de um organismo vivo, que se articula com atores pré-existentes. Em lugar de determinar (ou impor) ações e condutas locais, o programa estimula a criatividade, potencializando desejos e criando situações de encantamento social. (MINC, 2005, p.115)

Esta política cultural está conformada pela estratégia mais ampla do Ministério da Cultura, que tem como objetivo o desenvolvimento do campo cultural, que apresenta como princípio (ou valor) uma noção de cultura como dimensão simbólica, estimulando a criação e produção cultural, concebendo a cultura em sua dimensão ampliada.

Os resultados esperados (tanto intermediários quanto finais) dão vazão a uma perspectiva ligada aos valores mobilizados pelo PCV, entre os quais estão: a ampliação do acesso, autonomia dos movimentos, inclusão e promoção social, socialização pela cultura, fortalecimento e valorização culturais são alguns exemplos. Os impactos

² O conceito de política cultural aqui referido aponta para a definição proposta por Néstor García-Canclini: “Los estudios recientes tienden a incluir bajo este concepto al conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o de transformación social. Pero esta manera de caracterizar el ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad.” (GARCÍA-CANCLINI, 2005, p.78). Esta noção mais abrangente de políticas culturais compreende tanto os agenciamentos feitos pelos movimentos sociais e culturais quanto às políticas estatais de cultura, assim como os acionados pela dinâmica dos mercados. No conceito proposto por García-Canclini, o autor advoga também o envolvimento de atores sociais individuais e coletivos, compreendendo as políticas culturais não apenas no âmbito estatal, mas também em seu âmbito de ação pública, buscando objetivos politicamente relevantes.

esperados indicam a preocupação em construir elementos fundantes para uma nova cultura política, potencializada pelas políticas culturais.

Dinamização, renovação e fortalecimento da cultura brasileira; Protagonismo e emancipação sociocultural de grupos e comunidades; Consolidação da política pública que reconheça o protagonismo da sociedade brasileira; Materialização de uma ação comunicativa de encontro de mundos e visões. (MINC, 2010)

O “encontro entre visões de mundo” (a interculturalidade, encontro entre os diferentes, e não apenas entre os pares identitários) é um dos elementos que proporcionam densidade e complexidade às culturas, através de seus conflitos e negociações, necessárias a uma política (não apenas cultural) de caráter democrático.

Portanto, o PCV busca configurar-se como uma estratégia político-cultural, como uma “filosofia política” própria. Ao se propor como um mecanismo de emancipação social, o PCV conforma um projeto político, por buscar também a produção de matrizes culturais mais amplas, como os conceitos de cidadania e democracia, a partir da sociabilidade proporcionada pelas dinâmicas e práticas culturais que busca incentivar. Como explica Evelina Dagnino,

a noção de projetos políticos é que eles não se reduzem a estratégias de atuação política no sentido estrito, mas expressam e veiculam e produzem significados que integram matrizes culturais mais amplas. Assim, por exemplo, determinadas versões das noções que destacamos aqui como temas principais da confluência perversa – sociedade civil, participação e cidadania – ao mesmo tempo encontram raízes e produzem ecos na lenta emergência de uma cultura mais igualitária que confronta as várias dimensões do autoritarismo social da sociedade brasileira. Outras reiteram sob novas roupagens as visões de uma democracia elitista e restrita que têm caracterizado o projeto dominante nestas últimas décadas. (DAGNINO, 2005, p.49)

O constante movimento do PCV pode ser compreendido ao analisarmos editais mais recentes ligados ao programa, e ações específicas do Ministério que têm avançado no sentido da construção de um circuito de trocas culturais para os Pontos de Cultura. Estas ampliam não somente as questões relacionadas à economia e à assistência social, mas mobilizam e envolvem agentes culturais diversos, ativados por processos políticos e de fruição cultural, buscando uma maior sustentabilidade ao sistema, principalmente no que tange à formação de agentes culturais³, tendo com eixo de sustentação o reconhecimento da dimensão cultural da experiência vivida.

³ Estamos falando de editais mais recentes, como o Prêmio Interações Estéticas-Residências Artísticas em Pontos de Cultura ou as Bolsas de Intercâmbio Cultural Ponto-a-Ponto (MINC, 2009), em que o Programa busca desenvolver as trocas culturais, envolvendo outros Pontos de Cultura.

Os Pontos de Cultura: ação prioritária

O Ponto de cultura é considerado a ação prioritária e estruturante do Programa Cultura Viva. Trata-se do núcleo articulador das demais ações do Programa, sendo a ação com característica de centralidade da política cultural. Nesse sentido, o Ministério da Cultura define os Pontos de Cultura como uma ação articuladora da rede. Os PCs são

a ação prioritária do Programa Cultura Viva e articula todas as suas demais ações. Ele é a referência de uma rede horizontal de articulação, recepção e disseminação de iniciativas e vontades criadoras. Uma pequena marca, um sinal, um ponto sem gradação hierárquica, um ponto de apoio, uma alavanca para um novo processo social e cultural. Como um mediador na relação entre Estado e sociedade, e dentro da rede, o Ponto de Cultura agrega agentes culturais que articulam e impulsionam um conjunto de ações em suas comunidades, e destas entre si. (MINC, 2005, p. 116)

Em termos gerais, é possível afirmar que os Pontos de Cultura são iniciativas públicas ou privadas, sem fins lucrativos, selecionadas por meio de edital público ou seleção direta. Essa seleção está baseada no reconhecimento, por parte do Ministério da Cultura do Brasil, através de aprovação e firmamento de um convênio, das ações e mobilizações culturais desenvolvidas por essas entidades em seus locais de atuação. Nos PCs se desenvolvem atividades de formação, produção e difusão na área cultural junto à comunidade local.

Os PCs são unidades ao mesmo tempo institucionais e organizacionais que atuam como mediadoras no processo de criação, produção, disseminação e vivência relacionada ao campo da cultura e de diversas linguagens artísticas. Nos Pontos, as organizações e movimento socioculturais atuam em parceria com as unidades de governo do Estado brasileiro (primeiramente em sua estrutura Federal). Foram lançados, nacionalmente, três editais: um em 2004, outro em 2005, e o último em 2007⁴.

Trata-se aqui de uma idéia de articulação político-cultural (ou, mais propriamente, da criação e desenvolvimento de um tipo de mediação cultural⁵) pautada no reconhecimento da legitimidade das ações, dos movimentos e agentes sócio-culturais, como os conhecedores, organizadores e acionadores de demandas e

⁴ Segundo o MinC, “Com o Edital Público de Divulgação criamos um instrumento de aproximação e compartilhamento de responsabilidades entre Estado e sociedade, pelo qual, gestores públicos e movimentos sociais estabelecem canais de diálogo e de aprendizado mútuos, e estes, apresentam suas propostas a partir de suas realidades e necessidades.” (*Id. Ibid.*, p. 123)

⁵ O Ponto de Cultura atua, portanto “como um mediador na relação entre Estado e sociedade, e dentro da rede, o Ponto de Cultura agrega agentes culturais que articulam e impulsionam um conjunto de ações em suas comunidades, e destas entre si”. (*op.cit.*, p. 116)

responsabilidades das comunidades locais, elaborados a partir de um conceito de *desenvolvimento aproximal* que significa

que o desenvolvimento seja desencadeado pela aproximação, pelo contato com a realidade a partir de experiências vivenciadas e comparadas. Em nosso caso, nem dirigismo de Estado, nem imposições de mercado, mas aproximação entre equivalentes; entre o povo, que produz, cria e transforma a cultura. O papel da coordenação, neste caso, será o de facilitador desta aproximação e o dos Pontos de Cultura, o de mediador. (*Id. Ibid.*, p. 128)

É neste sentido que atua o agenciamento estatal, como o reconhecimento desse espaço privilegiado da representação político-cultural. É preciso compreender, portanto, que a política dos Pontos de Cultura não atua com objetivo de construir estruturas físicas (como museus, teatros, ou centros culturais, por exemplo), criadas e/ou desenvolvida *a priori* pelo Estado para fomentar ações culturais, como tradicionalmente percebe-se nas ações e formulações dessas políticas públicas.

O Ponto de Cultura não é um espaço cultural feito pelo governo para as comunidades. Pelo contrário: são ações desenvolvidas pela comunidade que ganham o reconhecimento do Estado e passam a receber aporte de recursos para aplicar conforme o plano de trabalho composto por eles. (TURINO, 2005, p. 135).

Ao reconhecer a legitimidade sócio-cultural dessas ações, através da assinatura do convênio, o poder público pode identificar “quem”, “o quê” e “em que condições” uma instituição ou organização atua produzindo cultura em determinada sociedade (ou “comunidade”, como é freqüentemente remetido nos textos e falas oficiais).

O Ponto de Cultura não tem um modelo único, nem de instalações físicas, nem de programação ou atividade. Um aspecto comum a todos é a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre poder público e comunidade. Por comunidade entendemos não somente os agentes estritamente ligados à produção artística, como também usuários e agentes sociais em um sentido amplo. (MINC, 2005, p.116)

Em muitas localidades, o próprio Ponto de Cultura funciona como o principal (ou único) equipamento cultural. Sendo assim, com consentimento e adesão voluntária das organizações e movimentos sócio-culturais, pela inscrição no respectivo edital, abre-se a possibilidade de ambos - Estado e movimentos – atuarem nos contextos locais das relações de poder.

Portanto, estamos tratando de um reconhecimento que tem dimensões simbólicas e também vínculos estruturais, em que no decorrer dessa política, ambos os agentes (Estado e movimentos) se modificam. A potencialização das ações se baseia no conceito de gestão compartilhada e transformadora, em que essas articulações pautam o desenvolvimento aproximal, mudando a relação entre Estado e sociedade, organizando uma dinâmica de experimentação social, no que tange às políticas públicas de cultura.

O Programa Cultura Viva procura apresentar uma abordagem de gestão que leve em conta os “pequenos” e localizados contextos sociais, ajudando a repensar os programas de políticas públicas que tendem a definir contextos preestabelecidos, fixos e de tendências anacrônicas. Um resultado correlato do programa é a experimentação de um processo que visa transformar o papel do Estado e de suas políticas públicas, quando este, paulatinamente, deixa de ser um controlador dos processos sociais para tornar-se um facilitador das demandas da sociedade civil. (*id., ibid.*, p. 130)

O Governo Federal entra com o recurso financeiro (de até 180 mil reais, distribuídos em cinco parcelas semestrais ao longo de até três anos), buscando responder a uma demanda de redução de desigualdades sociais (que se conforma como o público prioritário) e a organização entra com sua legitimidade própria e com a formulação da ação cultural conseqüente para sua localidade.

A idéia de ativação ou “potencialização das ações já existentes” (*id., ibid.*, p.137) e de fazer uma “acupuntura social que vai direto aos pontos” (*id., ibid.*, p.137) encontram-se aqui, nas interfaces promovidas pelos Pontos de Cultura, entre a sociedade abrangente, suas atuações locais (comunidade) e o poder público.

Nesse sentido, delinea-se um tipo de agenciamento cultural que se concentra numa outra instância, que não a de formulação e disseminação de conteúdos pelos dirigentes. Temos a construção de mecanismos e/ou processos articuladores entre os espaços públicos e os esforços cotidianos, baseados no acesso aos equipamentos de produção, de formação, de organização da cultura, notadamente vinculado aos movimentos e a populações de baixa renda.

O Programa Cultura Viva como um dispositivo político-cultural

Para a interpretação do Programa Cultura Viva como dispositivo político-cultural, é necessário pensar nas relações entre Estado e sociedade numa relação de caráter imbricado, ou seja, interdependentes e complementares, apesar de desiguais. Isto implica também em reconsiderar o modo de compreensão das relações de poder imiscuídas na sociedade.

As relações de poder devem ser analisadas (junto com) e para além do sentido estatal. O poder não está situado apenas no Estado (característica, segundo Michel Foucault, do pensamento “jurídico” sobre o poder⁶).

⁶ Como afirma Foucault, “No pensamento e na análise política ainda não cortaram a cabeça do rei” (FOUCAULT, 1999, p. 86). Esta crítica foucaultiana é direta às teorias do poder, ligadas ao regime da soberania. A crítica de Foucault segue uma proposta de constituir não uma “teoria” do poder, mas sim uma “analítica” das relações de poder, historicizada em seus mecanismos operadores.

Além disso, é importante pensar o poder não apenas em termos de estruturas monolíticas ou como “blocos de estruturas institucionais, com tarefas pré-estabelecidas (dominar, manipular), ou como mecanismos para impor a ordem de cima para baixo, mas antes como uma relação social difusa por todos os espaços” (GARCÍA-CANCLINI, 1988, p. 474 *apud* DAGNINO; ALVAREZ; ESCOBAR, 2000, p. 30).

A inovação do conceito de poder (como concebido por Foucault) está em sua intrínseca relação com o saber, como uma situação complexa e em cadeia, numa sociedade determinada⁷. O poder funciona na conformação dos sujeitos, e se exerce de maneira diferenciada entre eles. Para além da compreensão tradicional, de características apenas hierárquicas e repressivas do poder, é possível também percebê-lo como possuindo aspectos geradores e produtivos. Nesse sentido, o poder deve ser considerado como uma relação, como “uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social, muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir” (FOUCAULT, 1982, p. 8).

A dimensão institucional que envolve o Programa Cultura Viva deve ser compreendida como também possível de ser permeada pelas relações de poder que emanam da sociedade. Assim como os saberes que o PCV mobiliza⁸. Nesse sentido, Como aponta Néstor García Canclini, as instituições estão atravessadas por contradições e redes de poder que as envolvem.

En los hechos, si bien unas y otras instituciones corresponden **predominantemente** a estrategias de clases diversas, todas están atravesadas por las contradictorias relaciones que viven sus miembros al participar en el proceso global. La hegemonía, el consumo y la organización popular para satisfacer sus necesidades deben ser analizados como **instancias, funciones o dispositivos** (en el sentido foucaultiano) más que como ámbitos institucionales o propiedades de clases estrictamente recortados. (GARCÍA-CANCLINI, 1984, p. 74. Grifos no original).

⁷ Como afirma o autor, “Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de uma dominação; o jogo que, através das lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou, ao contrário, as defasagens e contradições que isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalizado institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. A condição de possibilidade do poder (...) não deve ser procurada na existência primeira de um ponto central (...) é o suporte móvel das correlações de força que, devido a sua desigualdade, induzem continuamente estados de poder, mas sempre localizados e instáveis. (...) O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provem de todos os lugares”. (FOUCAULT, 2001, p. 88-89).

⁸ A governamentalidade apontada por Foucault não se restringe ao Estado, mas emana também da própria sociedade (FOUCAULT, 1999). O Programa Cultura Viva, por exemplo, se efetiva de acordo com os aspectos gerenciais propostas pelas ações (políticas culturais) de cada organização.

No entanto, esta característica descentrada e profundamente relacional do poder, compreendido agora em sua imanência social (produtiva e gerativa), não “deve nos levar a ignorar a maneira como o poder se sedimenta e se concentra em instituições e agentes sociais” (GARCÍA-CANCLINI, op. cit., p. 475).

Assim, a noção⁹ foucaultiana de dispositivo é profundamente devedora desta concepção relacional e descentrada de poder. O dispositivo é o elemento que *opera* (dinamiza, põe em movimento) o poder, ou seja, ele engloba os movimentos de transformação social ligados ao campo do poder e ao campo discursivo (os saberes), em suas relações recíprocas.

Nesse sentido, é possível interpretar (buscando construir uma analítica do poder) o dispositivo como uma formação social complexa e desigual que se configura e se remodela de acordo com um jogo de estímulo e resposta, proporcionado por saberes e poderes advindos do campo das práticas que o envolvem. O dispositivo, nesse sentido, existe como a *estrutura operativa* do poder-saber (poder em seu sentido foucaultiano). No sentido que Michel Foucault dá ao termo:

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. (...) O dispositivo é uma rede que se pode estabelecer entre esses elementos. Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. (...) Tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar ou mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções (...) Em terceiro lugar, entendo o dispositivo como um tipo de formação que, em determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. (FOUCAULT, 1982, p. 244)

O dispositivo funciona também como uma demarcação (*démarche*), que demonstra o movimento de expansividade e transversalidade do poder, e se deve aos modos específicos de como ele se organiza quando em sua formação. Conforme Foucault, explicitando a gênese do dispositivo:

Vejo dois momentos essenciais em sua gênese. Um primeiro momento é o da predominância de um objetivo estratégico. Em seguida, o dispositivo se constitui como tal e continua sendo dispositivo na medida em que engloba um duplo processo: por um lado, processo de *sobredeterminação funcional*, pois cada efeito, positivo ou negativo, desejado ou não, estabelece uma relação de ressonância ou de contradição com os outros, e exige uma

⁹ O dispositivo, no pensamento foucaultiano, trata-se de uma *noção* mais do que de um conceito totalmente estruturado. Isso se dá porque o autor estava interessado mais em construir uma “analítica” do poder, em termos de sua historicidade e suas práticas, do que produzir uma “teoria geral” do poder. (FOUCAULT, 1982; 2001).

rearticulação, um reajustamento dos elementos heterogêneos que surgem dispersamente. Por outro lado, processo de perpétuo *preenchimento estratégico*. (Op. cit. p. 245. Grifos no original)

A sobredeterminação funcional seria exatamente esta característica englobante, readaptável que possuem os dispositivos. Por outro lado, o preenchimento estratégico trata do preenchimento de “lugares vazios”, ou seja, a criação de novas funções dentro do dispositivo que o fortaleçam em seus objetivos estratégicos, através dos mecanismos de isolamento (no sentido de separação), concentração e profissionalização.

Continuando sua argumentação, Foucault aponta que o dispositivo tem como características a ampliação e a conformação de uma rede sistêmica, retroalimentada e expansiva, organizada para atingir um objetivo estratégico: elemento fundante do dispositivo.

O objetivo estratégico, no caso do Programa Cultura Viva, está explicitado em termos de um projeto político, que envolve valores do âmbito cultural e político, como: ampliação, autonomia, inclusão, promoção, qualificação, socialização, fortalecimento e valorização das culturas, grupos culturais, ações culturais e/ou públicos que envolvem o universo da cultura brasileira.

O PCV possui as características expansivas como de “preenchimento estratégico” de um dispositivo. Na Tabela abaixo (Tabela 1) é possível perceber a ascensão do número de Pontos de Cultura, assim como a ampliação gradual das pessoas capacitadas (participantes com frequência regular e esporádica) nos Pontos de Cultura. É possível inferir que ultrapassam oito milhões de pessoas que participaram destes espaços, ou foram influenciados por esta política cultural.

TABELA 1: PONTOS DE CULTURA APOIADOS PELO MINC E PESSOAS CAPACITADAS NOS PONTOS

ANO	PONTOS DE CULTURA APOIADOS	PESSOAS CAPACITADAS (frequência regular e esporádica)
2004 ¹⁰	0	0
2005	442	1.458.600
2006	642	2.118.600
2007	742	2.448.600
2008	2.466	8.137.800
2009 ¹¹	2.372	6.550.000

FONTE: MINC, 2009, p. 40 (Adaptações do autor)

¹⁰ O ano de 2004 foi ano em que teve início dos conveniamentos com o Programa Cultura Viva.

¹¹ No ano de 2009 o Ministério da cultura começa a se retirar da gestão direta dos Pontos de Cultura, assim como muitos convênios são finalizados, pois o prazo é de até três anos. Estes convênios não foram renovados.

A relação entre os mecanismos de organização e respostas a demandas, aprofundamento e ampliação de ações e criação de novos campos de intersecções, é uma característica também intrínseca aos dispositivos, além da já apontada expansividade.

É a partir dos anos 2008 e 2009, com a criação dos Pontões de Cultura e a complexificação da Rede do PCV, que é possível visualizar a construção de um campo social relativamente autonomizado, dentro do campo cultural.

Este “campo do Programa Cultura Viva”, mobiliza diversos atores em sua construção, cada qual jogando a partir da mesma *doxa*¹² (norma), disputando suas posições sobre, dentro e através do PCV. Neste campo estão ativistas, artistas, educadores, gestores, produtores culturais, pesquisadores, Estado, ONGs, OSCIPs, movimentos sociais, movimentos culturais, empresas, governos (federal, estaduais e municipais), entre outros atores possíveis de serem elencados.

O momento que infere diretamente no desbloqueio¹³ deste campo, fortalecendo a articulação em rede das organizações, é exatamente a criação dos Pontões de Cultura¹⁴, tanto no sentido “estrito”, quanto os Pontões de Cultura Digital, sendo que ambos fortalecem a estrutura social de rede.

O segundo desbloqueio do Programa Cultura Viva, interpretado como dispositivo político-cultural é o surgimento do Programa Mais Cultura (PMC), logo em seguida (em outubro de 2007). O PMC amplia mais uma vez o espectro de atuação das políticas culturais, fortalecendo a capilaridade do processo de estimulando a organização em rede¹⁵.

¹² E disputando e negociando o estabelecimento e ampliação dessa norma, como é o caso recente proposta de construção da Lei Cultura Viva, pactuada entre os movimentos e o Estado. Esta Lei busca transformar o Programa Cultura Viva em uma política de Estado, e não apenas de governo.

¹³ Os pressupostos elencados nesta pesquisa devem ser interpretados de forma a perceber e serem guardadas as devidas proporções de análise, porque Foucault analisa a formação histórica de macro-sistemas sociais, e aqui estamos nos apropriando da teorização foucaultiana para a construção de uma análise histórica de um micro-sistema social: apesar de envolver uma parte significativa da população brasileira (mais de oito milhões de pessoas influenciadas e participantes direta e indiretamente dessa política cultural).

¹⁴ Os Pontões de Cultura (criados em 2005 pelo MinC), respondem a uma demanda de articulação e intercâmbio cultural entre os Pontos de Cultura de determinada região, buscando desenvolver as redes sociais entre eles.

¹⁵ Desta vez pactuado com os estados, o PMC atua fortemente na criação de Pontos de Cultura em territórios mais específicos. A gestão está a cargo dos estados, com intervenções do MinC mas, principalmente, com anuência das organizações que já faziam parte do Cultura Viva¹⁵, e, portanto, já possuíam um acúmulo em relação às diretrizes, normatização e formas de ação relativas ao PCV. As organizações que podem concorrer aos editais do PMC seguem o mesmo padrão elaborado inicialmente pelo PCV. Trata-se de um “segundo” desbloqueio desse dispositivo de política cultural porque ele é temporalmente *irregular* (os editais e o conveniamento podem demorar muito tempo para ser realizados) e acontece de acordo com *as realidades políticas locais*, já que os governos de estado são exercidos por

Desta vez pactuado com os estados, o PMC atua fortemente na criação de Pontos de Cultura em territórios mais específicos. A gestão está a cargo dos estados, com intervenções do MinC mas, principalmente, com anuência das organizações que já faziam parte do Cultura Viva, e, portanto, já possuíam um acúmulo em relação às diretrizes, normatização e formas de ação relativas ao PCV. As organizações que podem concorrer aos editais do PMC seguem o mesmo padrão elaborado inicialmente pelo PCV.

O desbloqueio é uma figura de estilo (metáfora) utilizada regularmente por Michel Foucault para inferir um movimento de transformação social “datada”. Na obra de Foucault, o desbloqueio é demonstrado historicamente, mais do que delineado¹⁶.

O desbloqueio é um momento, ou melhor, um desenvolvimento historicamente “datado” e fruto de processos mais gerais. Ele influencia na resposta de uma urgência, que é uma característica do dispositivo. O desbloqueio é, portanto, uma das “fases” pela qual passa a construção de um dispositivo.

Complementando estes dois desbloqueios existem, paralelamente, editais de Prêmios (a exemplo dos Prêmios Cultura Viva), editais de intercâmbio (a exemplo do edital “interações estéticas”), editais que envolvem novas lideranças da rede (prêmio Tuxaua Cultura Viva) e eventos em rede (Edital Areté- Eventos em rede). Todos atuam conformando e expandindo, através das instituições (e pessoas) o dispositivo¹⁷. Na Figura abaixo, é possível perceber a dimensão estruturante do PCV, agora compreendido como um dispositivo político-cultural.

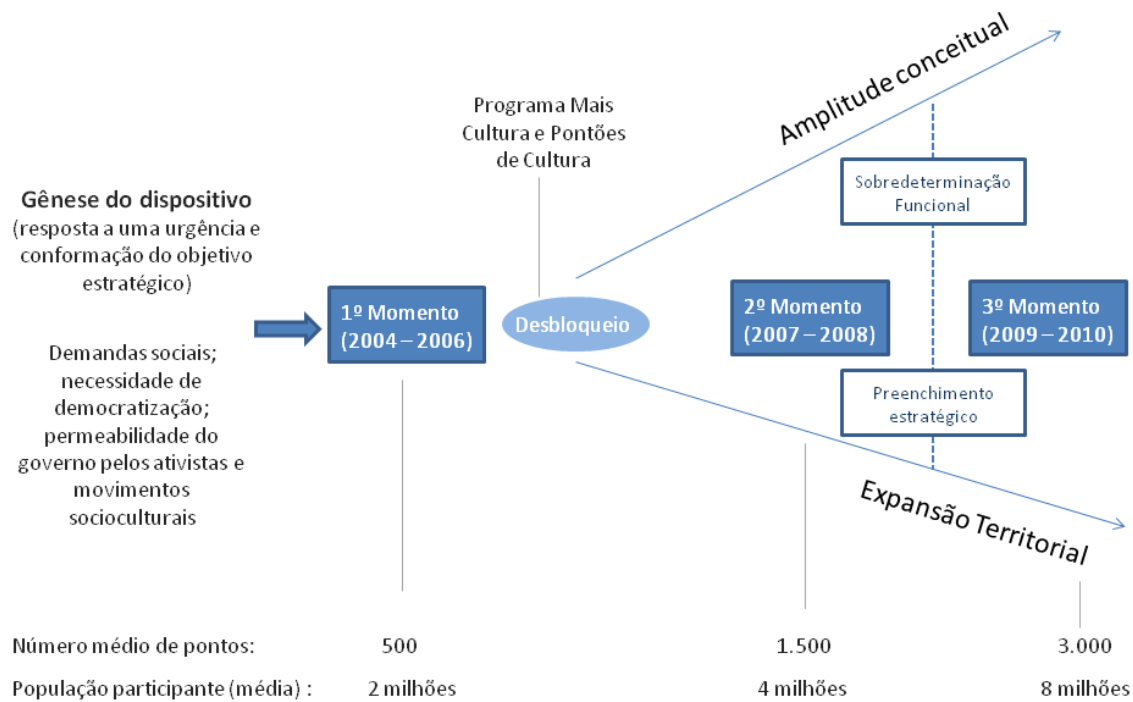
muitos partidos diferentes e isso implica em formas distintas de aplicação dos princípios do PCV (e do PMC) no âmbito desses governos.

¹⁶ Podemos encontrar um exemplo da noção de desbloqueio na questão da governamentalidade que opera para a resolução dos problemas enfrentados para a construção do “bom governo” e do “bem governar”, ou seja, a construção mesma da arte de governar. “Como se deu o desbloqueio da arte de governar? Alguns processos gerais intervieram: expansão demográfica do século XVII, ligada à abundância monetária e por sua vez ao aumento da produção agrícola (...). Se este é o quadro geral, pode-se dizer, de modo mais preciso, que o problema do desbloqueio da arte de governar está em conexão com a emergência do problema da população; trata-se de um processo sutil que, quando reconstruído no detalhe, mostra que a ciência do governo, a centralização da economia em outra coisa que não a família e o problema da população estão ligados. Foi através do desenvolvimento da ciência do governo que a economia pôde centralizar-se em certo nível de realidade que nós caracterizamos hoje como econômico; foi através do desenvolvimento desta ciência do governo que se pôde isolar os problemas específicos da população; mas também se pode dizer que foi graças à percepção dos problemas específicos da população, graças ao isolamento deste nível de realidade, que chamamos de economia, que o problema do governo pôde enfim ser pensado, sistematizado e calculado fora do quadro jurídico da soberania. E a estatística, que no mercantilismo não havia mais podido funcionar a não ser no interior e em benefício de uma administração monárquica que também funcionava nos moldes da soberania, tornar-se-á o principal fator técnico, ou um dos principais fatores técnicos deste desbloqueio”. (FOUCAULT, 1982, p. 287-288)

¹⁷ Entre os editais e prêmios do PCV, é possível destacar: Prêmio Asas, Intercâmbio Ponto-aPonto, Interações Estéticas, Caravana da Cidadania Cultural, Tuxaua Cultura Viva, Projeto Memória, Prêmio Cultura Viva, Areté-Eventos em Rede, Histórias de Ponto, entre outros.

**FIGURA 1:
O PROGRAMA CULTURA VIVA COMO UM DISPOSITIVO POLÍTICO-CULTURAL**

Características do dispositivo político-cultural Programa Cultura Viva



Amplitude Conceitual (editais) + Expansão territorial (capilaridade) = Ampliação Estrutural

ELABORAÇÃO DO AUTOR, COM BASE NOS DADOS DA PESQUISA

Através das pesquisas produzidas pelos próprios Pontos e outras encomendadas pelo Ministério (IPSO, LPP, IPEA, Fundaj), além do acúmulo de informações sobre as organizações que possui atualmente o Minc, o PCV atua como um mecanismo expansivo de reinterpretção cultural¹⁸ e criação de novas práticas.

O Programa Cultura Viva, portanto, se constitui atualmente como um complexo dispositivo político-cultural, de natureza estratégica, que supõe uma “certa manipulação de relações de força, de uma intervenção racional e organizada nestas relações de força, seja para desenvolvê-las em determinada direção, seja para bloqueá-las, para estabilizá-las” (FOUCAULT, 1982, p. 246).

Os editais atuais do PCV atuam em dois sentidos distintos e complementares: a identificação de práticas e ações político-culturais das organizações, que gradualmente entram em contato com o Programa, e o fortalecimento da Rede Cultura Viva, através de eventos e da mobilidade (e mobilização) dos atores envolvidos com ela. Neste

¹⁸ Como exemplo podemos citar os Seminários realizados com pesquisadores do Programa. Em 2009, foram realizados dois: o I Seminário Cultura Viva e Pontos de Cultura, da Fundação Casa de Rui Barbosa; e o Seminário Internacional do Programa Cultura Viva, promovido pelo MinC e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

sentido que o dispositivo “está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam” (Op. cit. p. 246). Sua ampliação estrutural (expansividade) depende dos conhecimentos acumulados para a reorganização do Programa, em sua constante capilarização.

Considerações Finais: Políticas de Cultura e Políticas Culturais

Nas línguas latinas a palavra “política” não tem os mesmos significados que possuem na língua inglesa. Nesta língua, a diferenciação se dá quando se afirma dois termos distintos: *policy* e *politics*. No primeiro termo (*policy*), há uma relação direta com a administração e a regulação, no sentido de constituição de políticas públicas e da elaboração técnica de sua implementação. Nesta pesquisa, esta “política” está evidenciada em sua relação com o campo cultural, identificada com as políticas públicas, através do termo “políticas culturais”.

O segundo termo (*politics*) infere uma característica processual, ou seja, busca dar conta do “processo político, freqüentemente de caráter conflituoso no que diz à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição” (FREY, 1999, p. 4). Aqui esta “política” está evidenciada como “políticas de cultura”.

As políticas de cultura atuam para compreender e ressignificar os valores presentes na sociedade, buscando ampliar a arena da própria política, não submetida agora apenas ao sistema político. Nesse sentido, as políticas de cultura atuam na construção de novas legitimidades sociais¹⁹.

Este fenômeno de imbricação entre as duas dimensões – a das políticas de cultura e das políticas culturais – é evidenciado com freqüência no âmbito do Programa Cultura Viva, e ele tende a se aprofundar na medida em que se mantêm as trocas culturais entre os atores envolvidos no processo (Estado e movimentos socioculturais), fortalecendo os micro-espços públicos dos Pontos de Cultura, ou os macro-espços públicos das Teias e Encontros Regionais. Estes espços públicos são espços de criação de sentidos, de

¹⁹ Como apontam Jordan e Weedon, “A legitimação das relações sociais de desigualdade e a luta para transformá-las são preocupações centrais das políticas de cultura. As políticas de cultura determinam fundamentalmente os significados das práticas sociais e, além disso, que grupos e indivíduos têm o poder de definir estes significados. As políticas de cultura também se preocupam com as subjetividades e a identidade, uma vez que a cultura desempenha um papel central na constituição do sentido de nós mesmos. (...) As formas de subjetividade que habitamos desempenham um papel crucial na determinação de se aceitamos ou contestamos as relações de poder. Além disso, para os grupos marginalizados ou oprimidos a construção de uma nova e resistente identidade é uma dimensão essencial de uma ampla luta política por transformar a sociedade.” (JORDAN; WEEDON, 1995, p. 5-6. Tradução do autor)

valorização da cultura e de convivência, conflito e cooperação com o outro, pois a cultura opera com valores.

São os valores que estão em jogo quando se constrói um bem cultural, através das linguagens, quando se escreve um projeto, ou quando se pensa em uma intervenção ou se projeta as visões de futuro. Trata-se de modificar ou afirmar valores.

Quais são os valores mobilizados por quem produz a cultura? Esta é uma pergunta de difícil resposta, porque os valores compõem o núcleo das relações de poder em que estão envoltas as dinâmicas culturais. Trata-se de seu movimento primeiro, transversal e comum a todas as suas manifestações sociais: faz parte da constituição de seu espaço.

La cultura —como campo de lucha entre diversas normas sociales, como producto de mercado, como cruce de estrategias locales, nacionales y transnacionales de acumulación, como intermediación intelectual o activista, como política de identidad, como ética inherente a los movimientos sociales, e inclusive como trascendencia de lo material en los registros estéticos más convencionales— es fundamentalmente un espacio recorrido por procesos de valoración. El valor en los procesos de producción, circulación, recepción, consumo, respuesta, intercambio, etc. es el balón que está en juego en las relaciones de poder, que a su vez se arraigan en factores de clase, raza, etnia, género, lugar geopolítico, y otras diferencias culturales. Hay que reconocer, pues, que lo que caracteriza hoy en día a los procesos sociales (políticos y culturales) es un conflicto de valores que afecta nuestros instrumentos analíticos y la producción del conocimiento. Hay, pues, una crisis de paradigmas no sólo en el conocimiento y el activismo, sino en la ubicación geopolítica de los modelos de análisis y de acción. (YÚDICE, 2002, p. 05)

A questão da reflexividade que envolve o Programa Cultura Viva não significa que o Estado ou o “governo” estariam direcionando as relações de força que atuam no interior do campo cultural brasileiro. Trata-se, em verdade, de um movimento histórico de reorganização das demandas político-culturais na sociedade brasileira, da qual o PCV faz parte, mas não é o único processo em curso. A Rede Cultura Viva, por exemplo, é hoje uma rede de redes, uma rede que envolve, rede de pesquisadores do Programa Cultura Viva, rede estadual de Pontos de cultura, rede de Pontos de Cultura de diferentes regiões brasileiras, entre várias outras redes possíveis.

O *modus operandi* do Programa Cultura Viva, interpretado agora como um dispositivo político-cultural em sua estrutura estruturada, se dá através das imbricações produtivas entre as políticas de cultura e as políticas culturais, atuantes nos níveis micro-políticos, reorganizando as estratégias deste sistema político-cultural. Como aponta Foucault,

É preciso ver como as grandes estratégias de poder se incrustam, encontram suas condições de exercício em micro-relações de poder. Mas sempre há também movimentos de retorno, que fazem com que as estratégias que

coordenam as relações de poder produzam efeitos novos e avancem sobre domínios que, até o momento, não estavam concernidos. (FOUCAULT, 1982, p. 249)

Assim, esta pesquisa apontou e propôs um modelo teórico e metodológico de análise do PCV como uma forma de compreender o seu *modus operandi* expansivo, e assim também compreender as dimensões que envolvem as políticas culturais na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Cultura. O Programa Cultura Viva do MINC. In: **Revista Rio de Janeiro**, n. 15, jan.-abr. Fórum Rio de Janeiro, UERJ, 2005.

_____. **Catálogo Cultura Viva**. Brasília, DF, 2009.

_____. Cultura Viva. www.cultura.gov.br/culturaviva/. Acesso em 20 de novembro de 2010.

FREY, Klaus. **Análise de políticas públicas**: Algumas reflexões conceituais e suas implicações para a sociedade brasileira. PPGSPI UFSC, Cadernos de Pesquisa, nº 18, Seteh, 1999

DAGNINO, Evelina. **Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva**. In: GRIMSON, Alejandro(org). **La cultura en las crisis latinoamericanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.

_____.;ALVAREZ, S. & ESCOBAR, A. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. **Em defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975 - 1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GARCÍA-CANCLINI, Néstor. De qué estamos hablando cuando hablamos de lo popular? In:**Comunicación y culturas populares em Latinoamérica**. México: Gili, 1984

JORDAN, Glenn.; WEEDON, Chris. **Cultural politics: class, gender, race and postmodern world**. Oxford: Blackwell, 1995

TURINO, Célio. Por uma Cultura viva desescondendo o Brasil profundo. In: **Revista Rio de Janeiro**, n. 15, jan.-abr. Fórum Rio de Janeiro, UERJ, 2005.

YÚDICE, George. Contrapunteo estadounidense/latinoamericano de los estudios culturales. In:*MATO, Daniel(org)* . **Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder**.. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Caracas, Venezuela. 2002.